

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE**
2 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA**
3 **NO DIA QUINZE DE ABRIL DE 2016, NA SEDE DA AGEVAP, EM RESENDE – RJ.** Aos quinze dias do
4 mês de abril de dois mil e dezesseis, instalou-se a 2ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica Consultiva (CTC)
5 do CEIVAP, em Resende/RJ, com a **presença dos seguintes membros:** Minas Gerais – Eduardo Araújo
6 Rodrigues (IGAM); João Emídio Lima (IAVARP); Rio de Janeiro – Lívia Soalheiro (INEA), Eduardo Dantas
7 (CEDAE), Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida); São Paulo – Zeila Chittolina Piotto (CIESP
8 Taubaté), Luiz Roberto Barretti (ABES/SP), Fabrício Cesar Gomes (DAEE); **dos seguintes convidados:** Edilson
9 Andrade (DAEE), Júlio César O. Antunes (Comitê Guandu), Marilda da Silva (IAVARP), Ana Lúcia Soares
10 (IAVARP), Ailton Soares (IAVARP), María Mancilla García (Universidade de Estolcomo), Aline Alvarenga
11 (AGEVAP), Gabriela Andrade (AGEVAP), Daiane dos Santos (AGEVAP); **para tratar da seguinte pauta: 1 –**
12 **Aprovação da ata da reunião anterior e revisão da ata de 16/09/2015; 2 – Apresentação do 15º Termo Aditivo ao**
13 **Contrato de Gestão ANA x AGEVAP com a interveniência do CEIVAP; 3 - Carta CNRH – Transposição das**
14 **águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul para a Bacia do Rio Guandu; 4 – Assuntos Gerais. ITEM 1: Aprovação**
15 **da ata da reunião anterior e revisão da ata de 16/09/2015;** A ata da reunião anterior e revisão foram aprovadas.
16 **ITEM 2: Apresentação do 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão ANA x AGEVAP com a interveniência**
17 **do CEIVAP;** A Sra. Zeila Piotto (CIESP) deu início à reunião com apresentação de um resumo histórico do
18 contrato de gestão entre a ANA e a AGEVAP. Informou que existe um grupo de acompanhamento criado no
19 âmbito do CEIVAP para acompanhar o contrato de gestão e complementou mencionando a importância de que o
20 Comitê se aproprie dos instrumentos e se manifeste para que as metas estejam de acordo com suas demandas.
21 Destacou que foram acrescentadas metas ao contrato de gestão que ainda estão em discussão pelo grupo de
22 acompanhamento do CEIVAP e ANA. As respectivas senhoras Zeila Piotto, Lívia Soalheiro e Maria Aparecida
23 Vargas são as representantes do CEIVAP nesse grupo. O Sr. João Emídio (IAVARP) fez uma observação sobre
24 atendimento às demandas do Comitê e sugeriu que a CTC fizesse proposição para melhoria do processo em
25 aspectos que não foram identificados pelo CEIVAP, pois os assuntos são estudados com profundidade pela CTC.
26 Para tanto, o Regimento Interno da CTC poderia ser ajustado para permitir esta atuação. A Sra. Zeila Piotto
27 (CIESP) respondeu ao Sr. João Emídio (IAVARP), dizendo que sua proposta de mudar o regimento da CTC está
28 correta; porém, é necessário que essa proposta seja apresentada em plenária e depois na CTC. **ITEM 3: Carta**
29 **CNRH – Transposição das águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul para a Bacia do Rio Guandu;** A Sra. Zeila
30 Piotto (CIESP) inicia esse item de pauta destacando que os subsídios discutidos na reunião serão encaminhados à
31 Plenária para deliberar em relação à cobrança da transposição. Na reunião da CTCOB foi discutido que a
32 deliberação do CEIVAP quando foi aprovada, determina que até dezembro de 2015 transitariamente se aplicam
33 os mecanismos e valores. Foi feita uma nota técnica pela ANA e, como se trata de mecanismos da cobrança, foi
34 de entendimento pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) que seria necessária uma deliberação do
35 CEIVAP sobre esse assunto. A partir do entendimento de que o CEIVAP precisa se manifestar formalmente sobre
36 mecanismos e prazos. Em vista disso, este assunto será retomado na Plenária do CEIVAP para deliberação.
37 Inicialmente, foi pensado em colocar a proposta de resolução conjunta e fazer sugestões e análises. A Sra. Vera
38 Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida) disse que também enviou uma proposta. O Sr. Júlio Cesar Antunes
39 (Comitê Guandu) solicitou que ele apresentasse uma sequência de slides mostrando tudo o que foi discutido na
40 CTC sobre o Comitê Guandu, com o intuito de dar um nivelamento do que já aconteceu até o presente momento.
41 A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida!) disse que a CTC já se reuniu para discutir sobre esse
42 assunto, já fizeram apresentações, foi dado um parecer e destacou que o momento de discutir sobre esse assunto
43 já passou. Acredita que a CTC precisa avançar nesta discussão. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) sugeriu que não seja
44 discutida a governança da Comissão criada para acompanhar este processo nesse momento. O Sr. Eduardo Dantas
45 (CEDAE) disse achar importante escutar o Comitê Guandu pontuando seu pensamento e será uma grande
46 oportunidade ouvi-los. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) disse que concorda que agora não é o momento de discutir
47 a questão de governança mas sim em Plenária. Destacou a existência de uma falha em relação a governança do
48 processo no que se refere a atuação da CTC e da Comissão Especial Permanente, e disse ser necessária uma
49 aproximação para ser discutido de forma colegiada. Solicitou que o Sr. Júlio fizesse sua apresentação para que a
50 CTC pudesse ouvir o que o Comitê Guandu tem a dizer. O Sr. Júlio Cesar Antunes (Comitê Guandu) disse ser
51 uma grande oportunidade para contribuir e fortalecer o relacionamento entre CEIVAP e Guandu, além de fazer
52 esclarecimentos à CTC. O Sr. Júlio César Antunes (Comitê Guandu) fez um breve resumo sobre o histórico do
53 Comitê Guandu, dando destaque ao histórico da cobrança, disse que a Comissão Especial Permanente deve
54 continuar a atuar, independente das discussões ocorridas. A situação de aumento do repasse de 15% para 20% foi
55 colocada pelo Comitê Guandu; porém, foi considerado pequeno, mas na realidade esse aumento representa 36%,
56 é um valor significativo e que deve ser levado em consideração. De todo o volume arrecadado na bacia do Guandu,
57 15% vem do rio Paraíba do Sul e 10% do órgão gestor, foi feita uma simulação referente à colocação feita pela
58 comissão especial permanente em que a progressão em relação ao percentual considerando 20% de aumento entre
59 2017 e 2020 disponibilizaria ao Comitê Guandu 0,6% para livre aplicação, isso mostra que teria que haver uma
60 melhor reflexão sobre as ações. Além desse fator, o Comitê Guandu caminhou para um reajuste do PPU, ou seja,
61 a disponibilidade do recurso tramitou na Câmara Técnica desse Comitê, na plenária e foi aprovada pelo Conselho
62 Estadual de Recursos Hídricos. Hoje existe um repasse de 2,3 milhões e, para, 2017 este valor será o dobro. E
63 que caberia ao CEIVAP unicamente fazer o planejamento para utilizar esse recurso, destacando que em termos

64 de recurso é uma evolução. A partir de 2010 a compensação do valor da cobrança representava 16%, o aumento
65 realizado na proposta para 2016/2017 é de 65% do repasse de 2010 e considerando a proposta de 2010 em relação
66 à de 2017 o repasse está sendo multiplicado por 3. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) questionou se todos estão cientes
67 sobre a resolução conjunta e disse que tem que haver um cuidado sobre o que será deliberado e ter atenção com
68 as competências do CEIVAP e do Guandu. O Sr. Luiz Barretti (CBH-PS) perguntou se seria resolução ou
69 deliberação conjunta. A Sra. Vera Lúcia (O Nosso Vale! A Nossa Vida!) respondeu dizendo que o Guandu possui
70 resolução e o CEIVAP deliberação. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) ponderou que o documento não seria uma
71 deliberação conjunta. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) disse que se for um documento conjunto, independente se é
72 resolução ou deliberação, ambos têm que estar interligados. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) disse que como são
73 instrumentos diferentes, o que pode ser discutido no presente momento na CTC é a deliberação do CEIVAP. O
74 Sr. Luiz Barretti (CBH-PS) disse que nas considerações poderiam constar a resolução do Guandu. A Sra. Zeila
75 Piotto (CIESP) iniciou as correções da minuta de deliberação, as alterações foram todas realizadas com
76 considerações do grupo chegando a um objetivo comum. Ficou decidido que a deliberação do CEIVAP não será
77 conjunta à resolução do Guandu. A Sra. Vera Lúcia (O Nosso Vale! A Nossa Vida!) apresentou proposta em
78 relação à discussão do item 24 do relatório preliminar da Comissão Especial Permanente de Articulação CEIVAP
79 – Comitê Guandu, para que a partir do ano de 2017 o valor para a cobrança pelo uso das águas captadas e
80 transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu passe a ser progressivo, 2017 e 2018 aumente
81 5%, 2019 mais 15%, até atingir em 2020 os 25%. Ressaltou ser a favor de que o aumento seja em espécie, em vez
82 de ser em forma de projetos. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) disse que o grupo já tinha entrado em acordo e
83 aprovado serem favoráveis ao aumento de 5% em 2017 e 2018 e que os percentuais fossem avançando nos anos
84 seguintes. Destacou que a CTC não está madura o suficiente para definir os percentuais e se o pagamento será em
85 projeto ou espécie; Portanto, antes de discutir esse assunto o grupo tem que decidir a questão de governança de
86 forma consensual. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) disse que a proposta seria a partir de 2017 e que até 2018 o
87 percentual subiria 5%, é previsto que essa discussão seja retomada pelo contrato de gestão. O Sr. Eduardo Dantas
88 (CEDAE) disse que surgiu um novo fato, que o Sr. Giordano (ANA) já havia alertado que no momento atual o
89 CEIVAP não dispõe de critérios de mecanismos e valores para a cobrança da transposição. O Sr. Edilson Andrade
90 (DAEE) disse que o necessário é proteger o CEIVAP, para que em uma negociação futura não haja prejuízo dos
91 5%. A Sra. Vera Lúcia (O Nosso Vale! A Nossa Vida!) lembrou que essa questão está sendo discutida há 4 anos,
92 acredita que não será em dois anos que irão chegar a um consenso e que o ideal é deixar essa tabela progressiva
93 até 2020, pois obrigará o grupo rediscutir e negociar os valores. O Sr. Luiz Barretti (CBH-PS) concordou com as
94 considerações da Sra. Vera Lúcia e disse que se colocarem as metas com valores progressivos e o grupo definindo
95 que dentro de dois anos esses valores serão reavaliados, é como se colocasse uma pressão em cima do próprio
96 grupo. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) disse que sua proposta é manter o texto atual como está. A Sra. Zeila
97 Piotto (CIESP) disse achar importante chegar a uma proposta de prazos e valores, até que sejam definidos novos
98 valores. Destacou que pode ser colocada nos considerandos a meta do contrato de gestão. O Sr. Eduardo Araújo
99 (IGAM) disse que é importante estar presente no texto que os valores serão reavaliados a partir da data de
100 aprovação dessa deliberação. Ressaltou que a Comissão Especial Permanente é de articulação e integração do
101 Comitê Guandu com o CEIVAP e por isso foi um equívoco trazer algo que foi negociado na comissão diretamente
102 para CTC, sem ter passado pelo Comitê Guandu para existir um consenso. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) questionou
103 o grupo se é importante criar uma regra para reavaliação de mecanismos e valores. A Sra. Livia Soalheiro (INEA)
104 respondeu indagando se o que foi discutido anteriormente não é suficiente. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) sugeriu
105 que seja estabelecida dentro da Comissão uma regra que ditará que enquanto não houver revisão, a Comissão
106 deverá propor mecanismos de aumento para que os percentuais possam aumentar. O Sr. Júlio César Antunes
107 (Comitê Guandu) disse que a CTC definiu que não será uma deliberação conjunta, o Comitê Guandu faz uma e o
108 CEIVAP outra. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) entendeu que a reunião de hoje faria algumas adequações, mas
109 é fundamental que não mudem a essência do que foi recomendado pela Comissão. Propôs que em 2016 seja
110 mantida a situação atual, em 2017 seja aumentado 5% e que os próximos dois anos sejam rediscutidos outros
111 valores. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) disse que a essência do que foi discutido o pela Comissão está sendo
112 mantida, e a CTC está caminhando bem. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) disse que o produto dessa reunião é uma
113 recomendação da CTC e vai para a Plenária. O parecer é da CTC e a Plenária é soberana para decidir. O Sr.
114 Edilson Andrade (DAEE) mencionou que é importante em 2017 e 2018 chegar com aumento de 5% e deixar o
115 canal aberto para rediscussão. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) ressaltou que houve manifestação da CTC em relação
116 a quem cabe definir recursos, independente do mecanismo e que são recursos do CEIVAP a título de cobrança de
117 transposição. Foi recomendação da CTC que o instrumento que definiria como aplicar esse recurso seria o PAP
118 do CEIVAP. A Sra. Livia Soalheiro (INEA) disse que quando o INEA conseguiu operacionalizar o repasse dos
119 15% para a AGEVAP, a Procuradoria disse que se a aplicação for fora do Estado do Rio de Janeiro é considerado
120 evasão de divisas e nada impede que a CTC produza um documento para tentar rediscutir esse assunto, mas
121 atualmente esse é o entendimento do INEA. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) disse que são recursos do CEIVAP e
122 quem define como será aplicado é o CEIVAP, essa tem que ser uma premissa básica desse processo. O Sr. Eduardo
123 Dantas (CEDAE) sugeriu que no parágrafo terceiro a Comissão Especial Permanente de articulação do CEIVAP
124 e Comitê Guandu continuem atuando na avaliação de mecanismos e valores da cobrança da transposição. O Sr.
125 Fabrício César Gomes (DAEE) disse que os valores adicionais aos 20% têm que ser redefinidos. O Sr. Eduardo
126 Dantas (CEDAE) disse que isso irá gerar um conflito para harmonização e vai passar a valer quando forem avaliar

127 critérios de mecanismos de cobrança de valores condominiais na bacia. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) disse que
128 lei existe para ser adequada, o ideal é que a coesão do item seja melhorada para que se definam a adição de novos
129 valores. Complementou dizendo que é muito importante que o Comitê Guandu entenda que não se está desistindo
130 de aumentar aquilo que todos acham que é justo, que os valores dessa transposição sejam direcionados ao
131 CEIVAP. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) sugeriu colocar uma ressalva para que o texto seja melhorado nesse aspecto.
132 O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) disse que isso foge do acordo, acrescentou relatando que estão lidando com algo
133 que é óbvio colocando um ponto de conflito que pode inviabilizar o acordo, a negociação é para aumentar os
134 valores. O Sr. Fabrício César Gomes (DAEE) disse que não necessariamente aumentar; visto que, a lei do Rio de
135 Janeiro prevê 15% até que sejam compactuados novos valores. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) disse que acha
136 importante rever no texto a parte em que diz respeito à questão do papel da comissão, de forma que fique mais
137 flexível. O Sr. Edilson Andrade (DAEE) questionou com que embasamento a redefinição da Comissão será
138 reavaliada. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) concordou com o questionamento do Sr. Edilson e sugeriu que a Comissão
139 Permanente continue atuando conforme estabelecido na deliberação; uma vez que se o CEIVAP alterar a forma
140 de atuação e composição, isso se aplicará automaticamente. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) disse que não foi
141 falado sobre a Comissão em nenhum outro momento, cabe à Plenária decidir se a Comissão será mantida ou não.
142 O Sr. Edilson Andrade (DAEE) sugeriu que o documento seja enviado para o CNRH, sem encaminhar para análise
143 e aprovação. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) disse que a competência do Comitê é propor e sugerir e cabe ao CNRH
144 validar. Também ressaltou que tudo o que foi sugerido irá em forma de recomendação da CTC. O Sr. Júlio César
145 Antunes (Comitê Guandu) disse que a tendência do Comitê Guandu é assumir os compromissos firmados
146 independente da posição que se ocupa, é importante destacar que não vamos deixar de contribuir com o sistema.
147 O Comitê está trabalhando para evoluir com respeito, independente de opiniões diversas. O Sr. Eduardo Araújo
148 (IGAM) enfatizou a importância da presença do Sr. Júlio Cesar Antunes (Comitê Guandu) na reunião. A Sra.
149 Zeila Piotto (CIESP) disse que como a deliberação vai ser do CEIVAP, perguntou como deveria ser a manifestação
150 da CTC na Plenária. A Sra. Vera Lúcia (O Nosso Vale! A Nossa Vida!) sugeriu que seja a coordenadora da
151 comissão. Disse que essa resolução ficou exatamente como o Comitê Guandu e a Comissão quiseram e espera
152 que o que está sendo pactuado permaneça, mesmo não acreditando que esse histórico ficará firmado por mais de
153 dois anos. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) disse que por esse motivo pediu para que fosse ouvido o membro da
154 Comissão, até para entender se existe algum contraponto. Acredita que o percentual dos comitês deveria ser
155 informado para os presidentes dos outros comitês para que eles tenham ciência do que foi discutido aqui. O Sr.
156 Edilson Andrade (DAEE) disse que não houve nenhum constrangimento no trabalho da comissão com o Comitê
157 Guandu. O Sr. Júlio César Antunes (Comitê Guandu) disse que o que deveria ser feito antes era que o Comitê
158 Guandu passasse sua visão à plenária do CEIVAP. O Sr. João Emídio (IAVARP) disse que entende que estão
159 numa reunião da CTC, mas acha que nem o CEIVAP, nem o Comitê Guandu irão caminhar se não houver uma
160 integração maior. O Sr. Fabrício César Gomes (DAEE) disse que o grupo precisa avançar um pouco mais. A
161 maior preocupação nesse momento é em relação ao Estado do Rio de Janeiro, se o CEIVAP poderá fazer uma
162 melhor gestão nesse sentido. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES/SP) disse que a bacia é uma só. A discussão da
163 revisão da tabela com percentuais progressivos já foi feita anteriormente, o fator motivador é saudável até para
164 não perder mais quatro anos com discussões. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) disse que pela sua visão esse
165 processo de negociação foi um sucesso, em dois anos foi conseguido chegar a um acordo negociável respeitando
166 as duas partes, foi uma grande evolução e acha que devem continuar nesse caminho. O Sr. Júlio César Antunes
167 (Comitê Guandu) disse que todos sabem que a quantidade de recurso que se tem é insuficiente para a quantidade
168 de demanda necessária. Se todos se unissem para tentar somar outras rubricas para agregar ao que se tem pode
169 ser que seja adicionado mais valor ao sistema. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) disse que é equivocado pensar
170 que a solução da sustentabilidade do CEIVAP é em inviabilizar a sustentabilidade do Comitê Guandu e chegar a
171 um patamar extremamente alto do valor arrecadado. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) disse que quando é feito um
172 investimento no Estado de São Paulo o rio Paraíba do Sul é favorecido, independente de onde seja feito o
173 investimento o beneficiado é o rio. O ideal é que se aprenda a distribuir melhor os recursos. **ITEM 4: Assuntos**
174 **gerais** - Não havendo mais nada a tratar, a Coordenadora deu por encerrada a 2ª Reunião Extraordinária da Câmara
175 Técnica Consultiva do CEIVAP, agradecendo a participação de todos. A presente ata foi lavrada por mim,
176 Gabriela Andrade, Secretária *ad hoc*, e, depois de aprovada, foi assinada pela Coordenadora da CTC, Sr. Zeila
177 Piotto, que presidiu a reunião.

178
179
180 Resende, 15 de abril de 2016.

181
182
183
184
185
186
187
188
189

Zeila Piotto
Coordenadora da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP